

Estudo sobre o conceito de mediação

“Uma opinião nova conta como ‘verdadeira’ na medida em que gratifica o desejo do indivíduo de assimilar o novo na sua experiência às suas crenças em stock (...). O nosso conhecimento cresce às manchas (...) e, tal como manchas de gordura, alastra. Mas nós deixamos que alastre o menos possível: mantemos sem alteração tanto quanto podemos do conhecimento velho, dos velhos preconceitos e crenças (...) acontece raramente que um novo fato é acrescentado em cru. Mais freqüentemente é misturado e cozido no molho do velhõ.— William James (In Santos, 1990, p. 101)

1. Introdução

Apenas a abundância de citações e usos do verbo *mediar* e dos termos *mediação* e *mediador* nos textos referentes aos estudos recentes de recepção na América Latina já seria suficiente para demonstrar a importância desse conceito na reflexão contemporânea sobre essa relevante área da pesquisa em comunicação. Devido a esse uso continuado, seria de se esperar que a palavra *mediação* remetesse a um significado claro, consensualizado entre os diversos autores e pesquisadores, e a operadores metodológicos cujas possibilidades e limites fossem minimamente conhecidos. Por incrível que possa parecer, não é isso o que acontece. O próprio Martín-Barbero, em sua obra principal, *De los medios a las mediaciones* (1987), apesar de utilizá-lo no próprio título, não o define claramente, nem o historiciza. As contribuições nesse sentido são esparsas, e, entre elas, é digno de menção o esforço de Orozco Gómez (1994) em procurar não apenas definir o conceito, como avaliar suas possibilidades descritivas de forma a categorizá-lo em seus múltiplos aspectos.

O objetivo deste trabalho é, pois, dentro das possibilidades de uma categoria teórica tão complexa e, até certo ponto, obscura, contribuir para um entendimento mais claro de sua história, suas possibilidades e seus limites. Sem a ingênua pretensão de exaustividade, fundamos as considerações que o enfeixam em três autores fundamentais, todos vinculados ao campo dos estudos culturais: Williams, Martín-Barbero e Orozco Gómez. O primeiro, por ser a fonte comum onde foram beber os principais autores que hoje influenciam os estudos de recepção, pela linha da sociologia da cultura, na América Latina e, mais especificamente, no Brasil. E, os demais, por serem os que mais densa e copiosamente têm produzido trabalhos a respeito.

2. Esboço histórico do conceito

A palavra *mediação*, conforme Lalande (1993, p. 656), procede do adjetivo inglês *mediate* (embora se admita também vinculação com o francês *mediat* e, em seguida, *médiation*) do qual se originou o substantivo *médiation* e seus derivados, como *intermediation*. Em alemão, *Vermittelung*, se faz presente

Luiz Signates é jornalista e professor assistente da Faculdade de Comunicação e Biblioteconomia da Universidade Federal de Goiás. Especialista em Políticas Públicas pela UFG, Mestre em Comunicação pela UNB, cursa o doutorado no Departamento de Cinema, Rádio e TV da ECA/USP.



sobretudo na filosofia de Hegel.

O conceito de mediação procede principalmente de duas vertentes filosóficas: a idealista, de origem cristã, e a hegeliana, bem como a tradição marxista. Tais vertentes são, obviamente distintas, a primeira ligando-se sobretudo à herança teológica (mediação do Cristo entre Deus e o mundo; mediação dos santos entre os pecadores e Deus) e, em seguida, tomando-se corrente no existencialismo, e a segunda, numa preocupação específica de explicar os vínculos dialéticos entre categorias separadas. Ambas as orientações, contudo, às vezes se tocam, como parece ser o caso do quase insuperável problema do dualismo, que o conceito implica.

O significado mais corrente de *mediação* vincula-se à idéia do intermediário. Como tal é a noção utilizada num contexto da epistemologia behaviorista, como “elos intermediários” entre o estímulo inicial e a resposta, gerando “ao mesmo tempo, as respostas aos estímulos que os precedem e, por sua vez, estímulos para os elos que seguem” (Dubois, 1997, p. 405). Na verdade, a apropriação filosófica do conceito não se restringe a esse sentido, podendo, sem perder o significado de intermediação, não se aplicar ao próprio elemento intermediador, mas “... àquele que se liga ao primeiro (ou dele deriva) por intermédio do segundo” (Lalande, *idem*, *ibidem*). Pode, também, adquirir uma feição mais processual ou ligada à idéia de movimento “...entre um termo ou um ser do qual se parte e um termo ou um ser ao qual se chega, sendo esta ação produtora do segundo, ou pelo menos condição de sua produção” (Lalande, *idem*, *ibidem*), e nesse sentido aparece na dialética hegeliana, como todo e qualquer termo, exceto o primeiro e o último, que se preste a operador indispensável a uma proposição teórica que assuma a pretensão

de oferecer uma descrição completa do mundo.

Na herança marxista, é Benjamin o pioneiro a teorizar a mediação fundamental que permite pensar a relação da transformação nas condições de produção com as mudanças no espaço da cultura (transformações do *sensorium* dos modos de percepção, da experiência social). Outra preocupação, no entanto, animava os estudiosos do marxismo, a da relação entre infra-estrutura e superestrutura, dando origem a uma noção que antecede a de mediação: a noção de *reflexo*.

Segundo Williams (1979, p. 98), a consequência habitual da fórmula infra-estrutura/superestrutura é conceber a arte e o pensamento como reflexos. A arte seria, pois, reflexo do mundo real ou da realidade por trás das aparências (natureza interior do mundo, ou formas constitutivas), ou, ainda, reflexo do mundo tal como é visto pela mente do artista. Tal noção pode levar ao conceito de falso reflexo ou reflexo deformado, no qual algo (metafísica, ideologia) impede o verdadeiro reflexo. Duas versões desse materialismo tomaram-se dominantes no pensamento marxista: a interpretação da consciência como “reflexos, ecos, fantasmas, sublimações” e como “verdade científica”, alternativa que deixou a arte relativamente negligenciada, pois embutida numa teoria positivista, para a qual a atividade artística deveria refletir a realidade (realismo ou naturalismo) e, se não o fizesse, seria falsa ou sem importância. Para essa concepção, a realidade é a produção e a reprodução da vida real, a infra-estrutura, sendo a arte parte da “superestrutura”. Tanto naturalismo quanto realismo vinculam-se a uma redução da realização artística a uma doutrina estática, objetivista.

Williams (*idem*, p. 99) cita a distinção radical entre materialismo



mecânico (ver o mundo como objeto e excluir a atividade) e materialismo histórico (ver o processo da vida material como atividade humana), para afirmar que as mais simples teorias do reflexo baseavam-se no materialismo mecânico. Mas, uma visão diferente seria a de ver o “mundo real”, em lugar de ser isolado como um objeto, ser um processo social material com certas qualidades e tendências inerentes. A arte seria, pois, reflexo não de objetos separados e eventos superficiais, mas como forças e movimentos essenciais a ele subjacentes. Houve ampliações precipitadas desse modo de pensar: artes progressista/reacionária e socialista /burguesa; e não arte, mas cultura de massa; etc. Foi decisiva essa teoria da arte como reflexo não de objetos, mas de processos históricos.

Para Williams, o erro dessa abordagem foi não ser suficientemente materialista. Dessa necessidade surgiu a idéia de mediação, concebida como um processo ativo, um ato de intercessão, reconciliação ou interpretação entre adversários ou estranhos. Na filosofia idealista, o termo já se estabelecera como conciliação entre opostos, dentro de uma totalidade. Ou, num sentido mais neutro, interação entre forças separadas. Ou, ainda, conexão indireta, uma agência, entre tipos separados de ato. Williams percebe que o termo é atrativo para a compreensão do processo de relação entre “sociedade” e “arte”, ou entre “infra-estrutura” e “superestrutura”. Reformulado, indicaria não mais realidades refletidas, e sim realidades que passam por um processo de “mediação”, no qual o seu conteúdo original é modificado.

É, pois, conforme Williams, quando a análise social da arte se estende às relações sociais, que a noção de reflexo é substituída pela idéia de mediação. Segundo esse autor

(1992, p. 21), nesse caso, “a mediação pode referir-se primordialmente aos processos de composição necessários, em um determinado meio; como tal, indica as relações práticas entre formas sociais e artísticas. Em seus usos mais comuns, porém, refere-se a um modo indireto de relação entre a experiência e sua composição”. O problema subjacente é óbvio: se a realidade e o falar a realidade são tomados como categoricamente distintos, conceitos como “reflexo” e “mediação” são inevitáveis.

Williams, porém, abandona o conceito de mediação, por considerar quase insuperável o problema que, de forma menos sofisticada, já existia nas chamadas “teorias do reflexo”: uma subjacente e pressuposta visão dualista do mundo, em que a realidade e o falar a realidade são tomados como categoricamente distintos. O problema é diferente, porém, se percebida a linguagem e a significação como elementos indissolúveis do próprio processo social. Entretanto, ainda assim Williams considera um estorvo descrever o processo geral de significação e comunicação como mediação, porquanto a metáfora “nos leva de volta ao conceito mesmo do ‘intermediário’, que, na melhor das hipóteses, esse sentido constitutivo e constituidor rejeita” (Williams, 1979, p. 103).

No esforço que este autor desenvolve para adequar ou superar o conceito de mediação, ele faz uma extensa análise das noções de *tipificação* e *homologia*, passando por categorias muito utilizadas pelos teóricos de Frankfurt, como *correspondência* e *imagem dialética*. Ao fim e ao cabo, Williams conclui que (1979, p. 110) “nenhuma das teorias dualistas, expressa como reflexo ou mediação, e nenhuma das teorias formalista e estruturalista, expressa em variantes de correspondência ou homologia, pode ser plenamente levada à prática



contemporânea, já que de modos diferentes todas elas dependem de uma história *conhecida*, de uma *estrutura* conhecida, de *produtos* conhecidos” (grifos do autor citado). Uma abordagem alternativa para Williams passa a ser o conceito *em evolução* de “hegemonia”.

Será, contudo, Martín-Barbero quem, na década de 1980, retomará a abordagem da hegemonia, aplicada à cultura, e recuperará com extraordinária ênfase a idéia de mediação, tomada de posição que terminará influenciando durante toda a década de 1990, na América Latina e, especialmente no Brasil, os ainda raros estudos de recepção em comunicação.

Que sentido, a partir de então, adquirirá o conceito de mediação? Terão as novas abordagens, nessa retomada, se libertado dos problemas que levaram o sociólogo inglês a abandoná-lo? Eis a indagação que passaremos a estudar.

3. Fronteiras de um mapa conceitual: o que não é mediação

Comecemos a tentativa de um mapa conceitual pelas bordas, ou seja, pelos limites: definindo o que a mediação não é, em seu uso orientado à sociologia da cultura e em especial ao campo da comunicação. Claro que esse jogo de significados na verdade explicita posicionamentos teóricos nessas áreas do conhecimento, não se tratando de uma mera discussão semântica, daí a razão pela qual a abordagem negativa ao conceito procurará, senão desfazer, ao menos dispensar significados consagrados por dicionaristas e etimólogos.

Mediação não é intermediação. Mesmo que permaneçamos na hoje discutível “função” das instituições de comunicação como intermediários entre grupos e instituições sociais ou mesmo entre racionalidades distintas (uma abordagem weberiana poderia admiti-los fazendo a ponte discursiva

entre as fissuras das autonomizadas racionalidades estético-expressiva, moral-prática e cognitivo-instrumental), chamar tais instituições de “meios de comunicação” não implica de forma alguma afirmá-las como “mediações”. Este talvez seja o mais caro preço que se paga pela tentativa de um uso consistente desse conceito, pois trata-se de uma negação a um uso que, em português, seria comum, sem que se obtenha, em contrapartida, alguma afirmação que pareça suficientemente clara.

Mas, as críticas ao que seria talvez o seu uso óbvio são consistentes; referem-se sobretudo ao fato de que a idéia de intermediação é diretamente dependente de um *modo positivista de ver a realidade, que separa as suas categorias em partes tidas por preexistentes e independentes entre si e que, por isso mesmo, necessitam de outras categorias, externas a cada uma delas, para cumprir o papel de intermediárias e garantir as ligações que as tornam interdependentes*. A esse modo de pensar Williams denominou (1979, p. 102) “dualismo básico”, afirmando, no entanto, que “é quase impossível manter a metáfora da ‘mediação’ (*Vermittlung*) sem um certo senso de áreas separadas e preexistentes, ou ordens de realidade”, e denunciou sua presença tanto na filosofia idealista, quanto em importantes vertentes do marxismo.

Mediação não é tampouco “filtro”. O uso metafórico dos termos “filtro” e “filtragem” em estudos de comunicação pode ser encontrado em abordagens psicológico-experimentais, como a dos filtros de seletividade (exposição, percepção e memorização seletivas), e empírica de campo, como nos estudos de fluxo comunicativo que utilizaram a metáfora da filtragem para descrever o papel dos *opinion leaders* (Wolf, 1987, p. 28 e seg. e 49). Como parece evidente, a idéia de filtragem remete

especificamente à seleção de conteúdos e pressupõe um enfoque condutivista ou informacional de comunicação, dentro da linha das chamadas teorias “administrativas”, conforme a tipologia adotada por Wolf (1987). O conceito de mediação não cabe nesse reducionismo teórico.

Mediação também não é intervenção no processo comunicativo, o que significa que o termo deve ser usado com cuidado, ao se referir às diversas formas de controle social da informação. Um ato de censura ou de modificação de um fragmento de informação não significa uma mediação, malgrado esteja havendo interferências no processo de significação e mesmo que haja mediações envolvidas na produção desses significados.

4. Marcas e caminhos: o que pode ser mediação

4.1 Martín-Barbero: dos meios às mediações

Parece sintomático que um dos principais autores responsáveis pela revivescência da figura das mediações na pesquisa latino-americana não tenha trabalhado rigorosamente na sua delimitação conceitual. Essa crítica é tranqüilamente feita mesmo por estudiosos que se baseiam nele, como é o caso de Orozco Gómez (1994, p. 74), que afirma, sem rodeios, que “sin embargo, Martín-Barbero no há elaborado el concepto de mediación en términos más concretos”.

A admissão dessa lacuna não implica reduzir a importância de Martín-Barbero para o pensamento latino-americano, razão pela qual a sua obra de maior repercussão, publicada em 1987 (e sobre a qual este trabalho se detém), deve ser entendida dentro do percurso intelectual desse autor. Segundo Rabelo (1998, p. 6), o livro *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonia* “... faz a passagem da preocupação inicial com a análise do discurso dos

meios para a investigação das culturas populares, os modos de comunicação desses setores e a relação entre o que se passa nos meios com o que se passa nos bairros, nas ruas. Estabelecendo uma nova relação entre culturas populares e cultura massiva, o autor faz uma análise das mediações acontecidas nos meios de literatura de cordel, no século XVI na Espanha, até os meios massivos, como rádio, cinema e televisão, na América Latina contemporânea”.

O conceito de mediação é citado 37 vezes, dentro da obra. Dessas citações, em 21 oportunidades o autor o utiliza como categoria vinculante de dicotomias específicas e, em maioria, antinômicas (vide tabela nas páginas 42/43). Nas demais, efetua simples citações, sem um comprometimento explícito com sua definição. Dessa extração, avaliamos as seguintes possibilidades de definição para o conceito de mediação¹:

a) *Como construto ou categoria teórica*: Categoria teórica explicativa de uma relação entre antinomias ou modo de apropriação que toma possível a relação com o possível ou o radicalmente outro. Temporalidade específica que toma possível a comunicação entre diferentes durações.

b) *Como discursividade específica*: Discursividade específica que absorve formas diversas de apresentação ou que vincula diferentes temporalidades ou socialidades.

c) *Como estruturas, formas e práticas vinculatórias*: Prática social vinculatória de estruturas categoricamente diferenciadas. Estruturas, formas ou práticas que vinculam diferentes racionalidades, ou que sustentam diferentes lógicas ou diferentes temporalidades, num mesmo processo. Processo ou estrutura que permite chegar a um ordenamento temporal sem sair completamente do anterior. Práticas de produção, distribuição e consumo (econômicas, portanto),

(1) Onde não se citou o endereço bibliográfico, é que a conclusão foi livremente tirada pelo autor deste trabalho, a partir de menções diversas na obra em foco.



possibilitando simultaneidade e acordo entre sentidos opostos, antinômicos, ou ainda um deslocamento de modos de produção e suportes, que resulta em formato discursivo específico (como, por exemplo, o folhetim). Prática cultural que absorve diferentes discursividades. Relação institucional e/ou econômica, cujos modo e periodicidade reorientam a intencionalidade artística de um tipo de produtor

cultural (por exemplo, o escritor).
d) Como instituição ou local geográfico: Instituição cuja prática relaciona sentidos, modos de vida e instituições (simulação e desativação dessas relações significa abandono da condição mediadora). Lugar de vivência de sentidos ambíguos ou sintetizadores (como o bairro). Martín-Barbero (p. 233) fala também em mediações como lugares dos

quais provêm as constrictões que delimitam e configuram a materialidade social e a expressividade cultural da TV. Tais lugares são: a cotidianidade familiar, a temporalidade social e a “competência” cultural.

e) Como dispositivo de viabilização e legitimação da hegemonia ou resolução imaginária da luta de classes no âmbito da cultura: Ofício da cultura, de cobrir diferenças e

pg	Categoria 1	Mediação/mediador	Categoria 2	Relação
113	- Linguagens - Linguagem “alta”	Cordel	- Religiosidades - Linguagem “baixa”	Prática Cultural que absorve diferentes discursividades
114	Tradição Culta	Trabalhadores da Imprensa	Tradição oral	Seletores de conteúdos e formas de diferentes procedências
131	Folclore das férias	Melodrama	Espectáculo popular-urbano (massivo)	Discursividade específica que absorve formas diversas de apresentação
139	Livro	Técnicas de escrita jornalística e aparato tecnológico	Imprensa	Deslocamento de modos de produção e suportes que resulta em formato específico (folhetim)
140	Escritor	Relação assalariada	Texto	Relação Institucional e econômica, cujos modo e periodicidade reorientam a intencionalidade artística do escritor
141	Exigências do mercado (fórmula comercial)	- Estrutura tipográfica - Composição e fragmentação do relato - Ritmo da entrega semanal - Forma de pagamento	Formas da cultura (demanda cultural)	Práticas de produção, distribuição e consumo, possibilitando acordo e simultaneidade entre sentidos opostos, antinômicos
143	Estruturas da sociedade	Leitura (como atividade constituinte)	Estruturas do texto	Prática social vinculatoria de estruturas diferenciadas categoricamente
146	Tempo do ciclo	Periodicidade da narração popular e sua estrutura	Tempo linear do progresso	Processo ou estrutura que permite chegar a um ordenamento temporal sem sair por inteiro do anterior
148	Mito (espaço do sobrenatural)	Herói do folhetim	Novela (espaço da descrição do real)	Personagem de tipo híbrido, ligando sentidos
160	Espectador	Indistinação entre ator e personagem (dispositivo específico: primeiro plano)	Mito	Categoria teórica explicativa de uma relação entre antinomias
195	- Estado - Rural - Tradições	Meios de comunicação de massa	- Massas - Urbano - Modernidade	Instituição cuja prática relaciona sentidos, modos de vida e instituições (simulação e desativação dessas relações significam abandono da condição mediadora)
197	Racionalidade informativo-instrumental da modernidade	Especificidades tecno-discursivas do rádio	Mentalidade expressivo-simbólica do mundo popular	Estruturas e práticas que vinculam diferentes racionalidades

209	Memória	Objetos sagrados e ritos	Utopia	Modo de apropriação que toma possível a relação com o radicalmente outro
214	Experiências de setores populares	Ativistas, quadros do partido socialista, pequenos comerciantes e profissionais do bairro	Experiências do mundo intelectual e das esquerdas	Construtores de nexos em instituições dentro de um bairro
217	Universo privado da casa	Bairro	Mundo público da cidade	Lugar de vivência de sentidos ambíguos ou sintetizadores
237	Tempo do capital	Série e gêneros	Tempo da cotidianidade	Formas ou práticas discursivas para sustentação de diferentes temporalidades
239	Lógicas do sistema produtivo	Gêneros	Lógicas do sistema de consumo	Formas ou práticas discursivas para a sustentação de diferentes lógicas, em um processo
239 241	Lógicas do formato	Gêneros	Lógicas dos modos de ler, dos usos	Idem
244	Tempo da história	Tempo familiar (a partir do qual o homem - como parente - se pensa social)	Tempo da vida	Temporalidade específica que viabiliza comunicação entre diferentes durações
245	Tempo da vida (socialidade negada, economicamente desvalorizada e politicamente desconhecida)	Melodrama (por via de um sentido de anacronia, como transformação capitalista do trabalho e do ócio, abolindo a socialidade popular)	Tempo do relato (que afirma a socialidade negada e toma possível às classes populares se reconhecerem nela)	Discursividade típica que vincula diferentes temporalidades ou socialidades

reconciliar gostos, cobrindo o conflito de classes pela produção de uma resolução no imaginário que assegure o consentimento ativo dos dominados, o que culminou na inversão da cultura popular em cultura de massa, evitando que se tomasse uma cultura de classe (p. 135).

Dentro desse processo hegemônico, a mediação é também a mutação da materialidade técnica em potencialidade socialmente comunicativa, processo de transformação cultural que viabiliza as modalidades de comunicação, revelado pelas inovações tecnológicas. Tal é o sentido de situar os meios no âmbito das mediações (p. 153-4). A mediação é, assim, definida como processo pelo qual os meios de comunicação adquirem materialidade institucional e espessura cultural, abordagem que supera os estudos sobre estrutura econômica e conteúdo ideológico (p. 177).

A mediação é ainda situada (p. 207) como dispositivo pelo qual a hegemonia transforma, de dentro, o

sentido do trabalho e a vida da comunidade. Tal mediação é realizada por uma dupla operação: desconexão (separação do indivíduo de sua comunidade e dissolução do sentido social de seu trabalho) e recomposição (integração dos fragmentos em tipicidades que revertem do nacional e do transnacional sobre as comunidades, em formas de condutas ou necessidades de objetos industriais sem os quais a vida já é praticamente impossível). Nesse deslocamento de relações entre objetos e usos, entre tempos e práticas, aquilo que as comunidades produzem e seus modos de produzir se convertem em veículos mediadores da desagregação.

Em duas circunstâncias (p. 148 e 214), Martín-Barbero faz uso do termo “mediador” e do verbo “mediar” para indicar agentes que atuam como seletores de conteúdos e formas de diferentes procedências ou como construtores de nexos em instituições dentro de um lugar social definido (como um bairro), ou no caso

específico da literatura folhetinesca, para compreender o herói, um personagem literário de tipo híbrido, ligando sentidos diversos.

Em diversos outros pontos da obra, menciona-se abaixo onde a mediação é apenas citada, sem condições claras de análise conceitual. Deixamos de indicar tais menções por serem desnecessárias.

4.2 Orozco Gómez: as mediações múltiplas

A busca de Orozco Gómez² foi desenvolver um marco conceptual que não se sustentasse em dicotomias (macro-micro, emissores-receptores, etc.) e uma estrutura epistemológica que desse conta da intermediação de diversos elementos, níveis e regras que assumem os membros da audiência, ao interagir com as mensagens da TV. Para superar o primeiro problema e escapar de uma racionalidade dualista entre contextos sociais macro e micro, ele sugere adotá-los como *fontes de mediação*. E, por fim, sua busca epistemológica



é por um enfoque integral da recepção, capaz de reunir em função da recepção televisiva a teoria da estruturação de Giddens, a teorização da mediação cultural de Martín-Barbero e sua própria conceituação de recepção e mediações como processo.

Para isso, desenvolve a perspectiva da *múltipla mediação*, partindo do pressuposto de que a interação TV-audiência emerge de um processo complexo, multidimensional e multidirecional, que abarca vários momentos, cenários e negociações que transcendem a tela da TV. Orozco Gómez trabalha com diferentes categorias de mediação. Inicialmente, define as mediações como “processos de estruturação derivados de ações concretas ou intervenções no processo de recepção televisiva”, para, em seguida, distinguir entre *mediações e fontes de mediação*, sendo estes os lugares onde se originam esses processos estruturantes. Assim, a mediação se manifesta por meio de ações e do discurso, mas nenhuma ação singular ou significado particular a constitui enquanto tal. É, portanto, um processo complexo e difuso, diferente da soma de seus componentes, não devendo ser entendido como um objeto de observação, e sim como algo similar à classe social.

As fontes de mediação são várias: cultura, política, economia, classe social, gênero, idade, etnicidade, os meios, as condições situacionais e contextuais, as instituições e os movimentos sociais. Também se origina na mente do sujeito, em suas emoções e suas experiências. Cada uma dessas instâncias é fonte de mediações e pode também mediar outras fontes.

Para Orozco Gómez, as mediações, em seu caráter múltiplo, se dividem em quatro grupos: individual, situacional, institucional e vídeo-tecnológica.

A mediação individual é a que surge do sujeito, como indivíduo ou

como sujeito social, membro de uma cultura. A “agência” do sujeito se desenvolve em diferentes cenários. A mediação cognoscitiva (resultado derivado da estrutura mental por meio da qual o sujeito conhece) é a principal mediação individual. Suas fontes são “esquemas mentais” (psicologia), repertórios ou textos (estudos culturais e literários) ou *scripts* (recepção televisiva). Os *scripts* definem seqüências específicas de ações e discursos, proporcionando ao sujeito diretrizes para atuar de acordo com uma representação generalizada daquilo que se espera dele, ou ao que se pensa ser adequado que ele faça em um cenário específico. Determinados social e culturalmente, os *scripts* são aprendidos por meio da interação social, embora nem sempre requeiram um ensino explícito, e signifiquem pelas instituições sociais ou pela agência do sujeito, adquirindo sentido em significações específicas, bem como podem ser transformados pela agência do sujeito e pela mediação múltipla que os sujeitos enfrentam no processo da recepção. Outras fontes de mediação são o gênero, a idade e a etnia. Todas as mediações individuais devem ser entendidas dentro de meios culturais concretos.

A mediação situacional é a que tem como fonte a situação da interação, entendida como algo que transcende o simples momento do contato direto com a TV e se multiplica conforme os diferentes cenários nos quais a interação se desenrola. São cenários os lugares onde são produzidas as negociações e as apropriações da TV, razão pela qual fatores como o tamanho e o nível de diferenciação da habitação ou o estar só ou acompanhado constituem mediações situacionais, pois implicam possibilidades e limitações para o processo de recepção televisiva. As mediações situacionais procedem também dos cenários específicos onde os membros da au-

(2) O trabalho em que esse pesquisador tenta situar e fazer avançar o conceito de mediação, e sobre o qual este texto se detém, é intitulado *Recepción televisiva y mediaciones: la construcción de estrategias por la audiencia. Publicado originalmente em inglês em 1992, foi vertido para o espanhol e divulgado pela Universidad Autónoma de Barcelona em 1993.*



diência interagem usualmente (escola, bairro, lugar de trabalho, etc.), sendo que alguns são mais relevantes do que outros como fontes de mediação.

A mediação institucional se faz presente quando as instituições sociais mediam a agência do sujeito. A audiência não é audiência só quando interage com a TV. A audiência são muitas coisas ao mesmo tempo e participa de diversas instituições sociais, de forma que a identificação dos sujeitos receptores não apaga as outras identidades. As instituições utilizam diversos recursos para implementar sua mediação, como o poder, as regras, os procedimentos de negociação, as condições materiais e espaciais, a autoridade moral e acadêmica, e, principalmente, a construção de identidades e o desenvolvimento de classificações que outorguem sentido ao mundo. As instituições se diferenciam entre si pelo acúmulo de poder, autoridade, recursos e mecanismos de mediação, e podem mesmo competir entre si, podendo ser percebidas pelos sujeitos como contraditórias ou mutuamente neutralizantes. Por isso, não se deve entender a mediação institucional como um processo estruturador monolítico.

A mediação tecnológica é a que parte do pressuposto que a TV, como instituição social, não reproduz simplesmente as outras mediações institucionais. Ao contrário, produz sua própria mediação e utiliza recursos para impô-la sobre sua audiência. Como meio eletrônico, a TV tem especificidades, para incorporar “o que está fora”, dentre as quais uma muito importante é o gênero, definido como combinação específica de códigos que resultam em modos particulares tanto da estruturação do discurso quanto da televidência. Isso chama a atenção para o fato de que a abordagem múltipla da mediação não se refere apenas à existência de

formas culturais da TV, e sim à circunscrição dessas formas culturais. Isto é, a mediação própria da TV não é um processo estruturador derivado somente das características videotecnológicas gerais do meio, mas de um processo muito específico que se origina principalmente dos gêneros televisivos por meio dos quais a TV efetua uma vinculação concreta de sua audiência. Assim, gêneros, graus de verossimilhança e possibilidades de representação reforçam a eficácia da mediação tecnológica.

A noção de mediação múltipla implica supor que a interação TV-audiência compreende combinações específicas de mediações, num processo altamente sociocultural que segue alguns padrões ou combinações preferenciais de mediação, as quais são sempre dinâmicas, nunca estáticas. Como afirmara Hall, “interatua-mos criativamente com a TV sob condições que não são inteiramente de nosso domínio”. Esse dinamismo pode ser explicado pelas mudanças concretas nas relações de poder (“dialética de controle”, conforme Giddens, pela qual nem todos os sujeitos participam do contexto com os mesmos recursos e possibilidades de influenciar os demais).

A operacionalização sugerida para o jogo da mediação é a das “comunidades interpretativas”. O processo de recepção teria diferentes tipos de comunidades: comunidade televidente, de apropriação e de reapropriação, sendo que todas possuiriam em comum a função de dar significação à interação TV-audiência. Entretanto, só a “comunidade interpretativa”, compreendida como combinação particular de outras comunidades, define finalmente o sentido da interação. Por comunidade interpretativa, Orozco Gómez entende um grupo de sujeitos sociais unidos por um conjunto particular de práticas comunicativas. Por exemplo: a família



é a comunidade televidente mais frequente, mas não é necessariamente sua comunidade interpretativa.

Apesar do predomínio de algumas comunidades interpretativas, a audiência não é uma entidade monolítica, nem um sujeito passivo, nem uma categoria *a priori* (a audiência não nasce audiência, mas se faz e se vai transformando). A interação, pois, não deve ser tida como conjunto único de ações, e sim como uma *prática comunicativa*, na qual se dão combinações específicas de mediação e da qual derivam resultados particulares. A agência dos membros da audiência e suas práticas de recepção têm um propósito e são seletivas, desenvolvendo ao longo de cenários socioculturais específicos e se traduzindo por *estratégias de recepção televisiva*. Uma estratégia de recepção é uma “concretização da agência” do sujeito em relação à TV. Nesse sentido, é ilustrativa a teorização de Martín-Barbero sobre a “prática de comunicação”, composta de socialidade (conjunto de interações estruturadas pelo auditório em sua luta por apropriar-se criativamente da ordem social, transcendendo a simples ordem de racionalidade institucional, o que inclui as negociações cotidianas entre os membros da audiência e o poder institucional), ritualidade (resultado das interações específicas repetidas na prática da audiência) e tecnicidade (o “organizador perceptivo”, pelo qual a inovação e o discurso se articulam de modo significativo e intencional, sendo que cada meio tem sua tecnicidade específica e que a percepção do sujeito media ao organizar sua negociação de significados com a TV).

5. Conclusão

Ao final deste estudo, ainda permanece de certa forma a dúvida inicial, sobre o grau de precisão teórica e de aplicabilidade empírica do conceito de *mediação*. Parece claro

que a necessidade de uma discussão teórica mais profunda ainda é presente; as fissuras talvez ainda sejam mais aparentes do que as definições.

É que o campo de indefinições extrapola a simples reflexão conceitual. O próprio interesse pelo uso da noção de mediação sugere isso. A comunicação é uma área de estudos demasiadamente imprecisa, a ponto de ser difícil afirmarmos com segurança a natureza específica de seu objeto teórico. Estudar comunicação é como fazer retrato do movimento: o que resulta é sempre uma figura estática cuja imagem em si já começa negando o que se propôs retratar, e talvez seja isso que nos obrigue a pensá-la a partir de categorias que lhe são externas.

O valor epistêmico do olhar sobre as mediações culturais parece repetir esse talvez insuperável deslocamento, que toma a comunicação um objeto oblíquo, apenas possível de ser vislumbrado - embora jamais visto - de um ponto de vista que parta de uma epistemologia mais consagrada, ora a das ciências matemáticas e físicas, quando a abordagem se prende às conexões da tecnologia, ora a das ciências sociais e da linguagem, sempre que se busca uma compreensão dos modos e processos como os homens se relacionam. Nesse sentido, a perspectiva das mediações desloca o olhar da comunicação para os sentidos que a transcendem, vinculados à cultura e suas matrizes de significação complexa e múltipla.

Certamente, esse é o traço de um tempo em que a comunicação se autonomizou em estruturas institucionais de discursividade específica (Ribeiro, 1996) e cujas redes se constituíram em materialidade tecnológica da própria circulação do capital (Bucci, 1997; Signates, 1998), e que talvez até já possam ser caracterizadas pela construção de uma racionalidade específica (Signates e



Lima, 1998) mas que, como já afirmara Habermas (1996, p. 390) não são capazes de se autonomizar completamente, porquanto seguem dependendo da linguagem para realizar a necessária conexão entre os subsistemas sociais e o mundo da vida.

É possível, no entanto, que a tão decantada fragilidade epistemológica da comunicação seja seu principal valor heurístico. Talvez não haja campo mais propício, pelas próprias possibilidades que suas indefinições deixam em aberto, para o desenho possível da metáfora com que Martín-Barbero trabalha - a do *mapa noturno* (numa referência não explícita à fase noturna de Bachelard). E, nesse caso, a complexidade e a rede de possibilidades implicada nas indefinições do conceito de *mediação* seriam justamente os operadores teóricos da abertura, e o cerne deste texto seja uma lamentação de tipo diurno...

Alguma luz, contudo, é sempre necessária. Afinal, se a noção de mediação se tomar um conceito do tipo guarda-chuva, que permita levar até à mais simplória das totalizações - tudo é mediação (logo, nada o é) - todo o valor heurístico propiciado pela abertura de suas possibilidades pode redundar apenas em generalizações sem qualquer utilidade teórica. Daí porque uma abordagem consistente não precisa necessariamente implicar uma exigência de rigor positivista, mas deve ser estruturada conceitualmente dentro de certos limites epistemológicos traçados com um mínimo de clareza.

É nesse sentido que toma-se preciso admitir, após essa varredura conceitual, que o uso da noção de mediação tem sido problemático, denotando alguma razão de ser, na atitude de Williams em desistir dele. Assim, parece correto indagar, a esta altura, pelas prováveis razões que levaram teóricos do porte de Martín-Barbero e Orozco Gómez a insistirem

em sua utilização, chegando a colocá-lo, como é o caso de Barbero, como um conceito central em sua importante obra.

A justificativa mais óbvia é, sem dúvida, a busca de saídas para o entendimento de um quadro complexo como o da recepção, sem cair nos velhos problemas das chamadas “teorias fundadoras”, seja nas preocupações instrumentais das teorias administrativas, por um lado, seja, por outro, nas aporias da vertente crítica. Ou mesmo para evitar as novas armadilhas teóricas, como as que denunciou recentemente Martín-Barbero (1990), como o *comunicacionismo* (tendência a ontologizar a comunicação, como o lugar de onde se desvelaria a secreta essência da humanidade), o *mediacentrismo* (identificação da comunicação com os “meios” ou instituições) e o *marginalismo alternativo* (crença metafísica em uma “autêntica” comunicação, fora da contaminação tecno-mercantil, ou também o populismo nostálgico da fórmula essencial e originária, horizontal e participativa da comunicação identificada com o mundo popular).

Para essa busca, a noção de *mediação* parece atrativa, pois insere a comunicação em sentidos sociais mais amplos, mantendo o viés altamente crítico, embora livre, graças à orientação típica dos *cultural studies*, de abordagens aporéticas ou economicistas. Além disso, o conceito é altamente permeável ao método dialético, favorecendo a manutenção de perspectivas socio-históricas e políticas, entranhadas na vivência cultural.

Há, entretanto, problemas que permanecem. A abordagem de Martín-Barbero, por exemplo, é claramente dualista, deixando de evitar a principal crítica feita por Williams ao uso do conceito. Orozco Gómez, contudo, ao propor a multiplicidade das mediações, desenvolve uma interessante linha de superação,



embora sua categorização pareça um tanto restritiva, razão pela qual talvez mereça um tratamento mais sofisticado.

Porém, mesmo com o tratamento que este autor dá ao conceito, a segunda dificuldade mencionada por Williams se mantém: *a mediação, mesmo admitida sua multiplicidade, somente se estabelece como operador útil no tratamento de realidades ou estruturas conhecidas*. Essa restrição, claro, não toma o conceito proibitivo, não invalida a sua utilização, até porque, frente a categorias de análise que possam ser admitidas como pressupostas ao estudo que se quer fazer, tratá-las a partir das mediações pode significar um ganho metodológico relevante, porquanto permite fazê-lo de forma dialética. A mediação, nesse sentido, pode ser compreendida como aquilo que permite a presença simultânea ou processual de antinomias, como condição de emergência do novo nas mudanças sociais.

Uma última dúvida é saber se há alternativas ao conceito de mediação, que possam suprir sua relativa obscuridade semântica e seus problemas de aplicabilidade metodológica, sem perder a abertura à dialética e à heurística no tratamento teórico. Nesse sentido, talvez seja profícuo desenvolver estudos dirigidos à noção de *práticas*, como lugares de mediação, tal como já entreviram os próprios Martín-Barbero e Orozco Gómez. Tal noção já tem uma história, ao que sabemos ainda não abordada por esses autores, no campo da análise do discurso, especialmente a vertente britânica.

Uma noção interessante é a de Michel de Certeau (1994, p. 39), para quem os usos práticos são meios de reapropriação. Este autor, inclusive, apontando para as leituras de recepção, recomenda que “a análise das imagens difundidas pela televisão

(representações) e dos tempos passados diante do aparelho (comportamento) deve ser completada pelo estudo daquilo que o consumidor cultural “fabrica” durante essas horas e com essas imagens”.

Inserese também o conceito de *prática discursiva*, como uma variante ou um redimensionamento metodológico da noção foucaultiana de *formação discursiva*, na perspectiva de estudos pragmáticos da linguagem, com a finalidade de dar conta do axioma teórico dessa linha de estudos, cuja afirmação básica é definir o discurso como uma forma de ação social (Maingueneau, 1997, p.82). A inserção da linguagem e, por conseguinte, da comunicação, a partir de um prisma sócio-interacionista, como fundamento de uma teoria sociológica da ação foi o trabalho que Habermas buscou empreender, em sua teoria da ação comunicativa.

A análise crítica do discurso, desenvolvida por Norman Fairclough (1994), da Lancaster University (UK), utiliza claramente o conceito de *prática discursiva*, definido como modos específicos de produção, distribuição e consumo de textos, como lugar de mediação, cuja apropriação teórico-metodológica permite vincular significados discursivos e sentidos sociais sem dicotimizá-los ou pressupô-los imediatamente. Se tal possibilidade for de fato efetiva, talvez seja interessante investir nela, a fim de construir uma noção mais apropriada de *prática comunicacional*, que, aproveitando-se do valor heurístico e metodológico da noção de prática social como lugar das mediações, possa fazer retomar o olhar sobre a comunicação para a própria comunicação, tentando, uma vez mais, apreender um objeto que já se revelou tão fúgido.



Bibliografia do Artigo

- Bucci, Eugênio - *Alguns amigos que eu tenho (e de como o capital aprendeu a falar)*. Praga, n.3, 1997.
- Certeau, Michel de - *A invenção do cotidiano: artes de fazer*. Petrópolis: Vozes, 1994.
- Dubois, Jean e outros - *Dicionário de Linguística*. São Paulo : Cultrix, 1997.
- Fairclough, Norman - *Discourse and social change*. Cambridge : Polity Press, 1994.
- Habermas, Jürgen - *The theory of communicative action. Lifeworld and system: a critique on functionalist reason* (V. 2). Boston : Beacon Press, 1996.
- Lalande, André - *Vocabulário técnico e crítico da filosofia*. São Paulo: Martins Fontes, 1993.
- Maingueneau, Dominique - *Os termos-chave da Análise do Discurso*. Lisboa : Gradiva, 1997.
- Martín-Barbero, Jesús - *De los medios a las mediaciones: comunicación, cultura y hegemonía*. Barcelona : Gustavo Gili, 1987.
- Martín-Barbero, Jesús - *De los medios a las practicas*. In: comunicacion de las practicas sociales. Cuadernos de Comunicacion y practicas sociales. Univ. Iberoamericana, México, N°1, 1990.
- Orozco Gómez, Guillermo - *Recepción televisiva y mediaciones: la construcción de estrategias por la audiéncia*. In: Televidencia. Cuadernos de Comunicación, n. 6, Mexico, 1994. (p. 69-88)
- Rabelo, Desirée C. - *Jesús Martín-Barbero: da linguagem às mediações*. São Paulo : Umesp. (paper), 1998.
- Ribeiro, Lavina - *Contribuições ao estudo institucional da comunicação*. Teresina-PI : EDUFPI, 1996.
- Santos, Boaventura - *Introdução a uma ciência pós-moderna*. Porto : Afrontamento, 1990.
- Signates, Luiz - *O evento além das grades: um estudo socio-interacionista e fenomenológico da comunicação*. Brasília : UNB. (Dissertação de Mestrado), 1998.
- Signates, Luiz; Lima, Weber - *Um estudo sobre a racionalidade específica da comunicação*. São Paulo : Compós/GT Experiência e Compreensão, (paper), 1998.
- Williams, Raymond - *Marxismo e literatura*. Rio de Janeiro : Zahar, 1979.
- Williams, Raymond - *Cultura*. Rio de Janeiro : Paz e Terra, 1992.
- Wolf, Mauro - *Teorias da comunicação*. Lisboa : Presença, 1987.

